

Clipping *CARF*

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

17/10/2015

Veja

Coluna - Radar

Revista Veja - 19/10/2015

Vera Magalhães

OPERAÇÃO ZELOTES

Mantega na mira

Os investigadores que apuram um esquema de corrupção no **Carf**, órgão encarregado de julgar recursos contra multas da Receita, pediram à Justiça Federal de Brasília a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Guido Mantega. Eles sustentam que o ex-ministro da Fazenda agiu junto ao **Carf** para livrar um fabricante de cimento de autuação de 57 milhões de reais. A juíza negou o pedido, mas disse que pode rever a decisão mediante indícios mais fortes.

ECONOMIA EM CRISE

Na UTI 1

No governo e entre líderes do setor de saúde já se dá como certo que a Unimed Rio vai seguir o mesmo caminho da Paulistana e acabar em liquidação judicial. A sobrevivência seria de menos de um ano. A bala de prata para honrar 1 bilhão de reais em compromissos de curto prazo é a venda de um hospital na capital fluminense. A operadora fecha o negócio por 500 milhões de reais.

Na UTI 2

Para vender planos de saúde voltados a pequenas e médias empresas, que rendem

comissões mais gordas que os individuais, corretores estão cadastrando pessoas como microempreendedores individuais (MEI). A fraude já rende processos.

Otávio Sá Leitão - PB

Ajuste da cueca: sob Lula e Dilma as leis encomendadas pelos poderosos empresários das montadoras de veículos e pagas com propinas. É vergonhoso, criminoso, ultrajante.

Uma medida provisória editada pelo governo em 2010 e aprovada pelo Congresso no ano seguinte que ajudou montadoras de veículos a se livrar de dívidas com a Receita Federal também está sob suspeita de ter sido encomendada.

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal buscam conexões entre a MP 512, que permitiu a empresas do setor automobilístico a zerarem débitos em julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), e a 471, editada em 2009 e também aprovada pelo Congresso no ano seguinte e já investigada por haver indícios de que teria sido comprada por meio de um esquema de lobby e corrupção.

A nova MP sob suspeita foi assinada em novembro de 2010 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e estabeleceu regras complementares à Medida Provisória 471, que prorrogou de 2011 a 2015 benefícios fiscais de fábricas instaladas ou que quisessem se instalar no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, desde que fizessem investimentos nas plantas, mas sem permitir que novas empresas aderissem à política de desenvolvimento regional ou que as empresas já contempladas apresentassem novos projetos.

CAPITALISMO DE ESTADO = COMUNISMO

Ao enviar a MP 512 ao Congresso, o governo Lula resolveu essa questão, ampliando o conjunto de beneficiárias. Além disso, permitiu que créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) valessem não mais até 2015, mas até 2020. Por causa da conexão entre as duas MPs, a norma mais recente também entrou na mira dos investigadores.

O Congresso incluiu na MP 512 três novos artigos ao convertê-la na Lei 12.407, em maio de 2011. Os trechos adicionados por deputados e senadores resolveram uma antiga controvérsia com o Fisco, assegurando às fábricas ganhos de causa em processos discutidos no Carf. Um esquema de corrupção nesse órgão é investigado na Operação Zelotes.

A Receita não concordava que as montadoras aproveitassem os créditos de IPI assegurados pelas medidas provisórias de 2010 e 2011 e, concomitantemente, se beneficiassem de um regime especial de tributação instituído em 2001 por outra norma, a MP 2.158-35, que previa desconto de 3% no mesmo IPI. Para a Fazenda Nacional, tratava-se de um acúmulo indevido de benefícios.

COMUNISTA FOI RELATOR

A nova lei, no entanto, pontuou que, para efeito de interpretação, não havia óbice em somar as duas vantagens. A solução foi incluída em parecer do então deputado Moreira Mendes (PPS-RO), designado para relatar a MP 512 na Câmara. Ele escreveu que a proposta esclarecia qualquer dúvida sobre a possibilidade de fruição conjunta. Procurado pela reportagem, o ex-congressista não ligou de volta.

O texto emendado passou pelas duas casas do Congresso e pela sanção da presidente Dilma Rousseff. Quase automaticamente, virou argumento usado pelos contribuintes no **Carf**. Em outubro de 2011, a Ford, uma das principais beneficiadas pela MP 512, reverteu condenação no órgão com base na nova norma.

Fora a ajuda providencial para apagar dívidas no chamado tribunal da Receita, a MP ainda livrou o setor automotivo de recolher cerca de R\$ 900 milhões por ano, nas contas do governo.

A Ford não respondeu a questionamentos da reportagem. Em nota, a montadora afirmou ser uma empresa comprometida com a ética e a integridade em todos os aspectos do negócio", e que "tem uma posição forte e clara contra a corrupção em todas as nossas operações".

MONTADORA PETRALHA?

Outra MP que está na mira dos investigadores é a 638/2014, que instituiu novas regras para o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto). O programa passou a ser investigado na Operação Acrônimo depois que a Polícia Federal detectou indícios de que a Caoa, fabricante de modelos Hyundai no Brasil e rede de revendas de diversas marcas, pagou propina para obter portarias que a mantivessem como beneficiária.

A montadora fez pagamentos a um empresário ligado ao ex-ministro do Desenvolvimento e atual governador de Minas, Fernando Pimentel (PT). A Caoa e o petista negam irregularidades.

Pendências com o Fisco solucionadas pela web

Daniel Lima - Repórter da Agência Brasil

A Receita Federal estuda permitir que o contribuinte que cair na malha fina possa, a partir do ano que vem, justificar as pendências enviando, pela internet, documentos digitalizados em casa ou no escritório.

A medida faz parte de uma série de inovações em estudo pelo órgão. Até agora, as provas documentais eram apresentadas por meio de processos administrativos, e o contribuinte tinha que se dirigir a um centro de atendimento do Fisco. Muitas vezes, era obrigado a aguardar uma intimação para apresentar os documentos.

Estamos desenvolvendo uma interface para o contribuinte chamar uma aplicação e enviar os comprovantes justificando as pendências que o Fisco identificou. Ou seja, vai se abrir na internet um e-Processo [processo eletrônico], e ele vai fazer a juntada dos documentos digitalizados diretamente de casa ou do escritório, explica o subsecretário de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal, Carlos Roberto Occaso.

Outra ferramenta que está em fase de ajustes e será usada em um projeto-piloto na unidade da Receita Federal em São Paulo é o atendimento virtual para pessoas físicas, com a possibilidade de chat (bate-papo online) para alguns serviços.

Se houver necessidade de abrir um processo eletrônico, o atendente orientará a pessoa na hora sobre os documentos que precisam ser anexados ou sobre retificações, por exemplo. Neste caso, informa Occaso, a Receita espera implantar o serviço ainda neste ano. A ferramenta está pronta e homologada. Estamos apenas ajustando as equipes para divulgar o serviço.

Redução de gasto com papel

O fim do papel na administração pública federal é uma realidade cada vez mais próxima. No último dia 9, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 8539, que estabelece o uso de meio eletrônico para tramitação de documentos nos órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional. Os órgãos têm seis meses, a partir da data da publicação do decreto, para apresentar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão um cronograma de implementação.

A mudança começou a ser arquitetada no ano 2000, na Delegacia de Julgamento da Receita Federal, em Salvador, pelo titular, na época, Carlos Alberto Freitas Barreto, ex-secretário da Receita e atual presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que teve a ideia de transformar os processos em papel em meio digital. Em 2005, foi

iniciado o processo de mudança, concluído em 2007, quando houve o primeiro processo eletrônico. Atualmente, praticamente todos os processos são digitais.

Nossos escritórios não tem mais armários de processos e não temos mais documentos físicos. Quando se formaliza um processo ou se faz uma petição, esta é digital. É recebida, inserida no ambiente de trabalho e passa a ter uma tramitação digital. Os nossos armários e os processos são todos eletrônicos, destaca o subsecretário.

Segundo Occaso, há celeridade, pois todas as informações estão em bancos digitais nos quais é possível fazer consultas a partir de palavras-chave e de temas, e há transparência. Os processos são todos disponibilizados na internet para consulta por aqueles que têm certificado digital. Além do mais, existe ganho ambiental porque se dispensa o uso de papel.

Hoje considera-se uma falha abrir um processo físico na Receita Federal. Existem alguns processos muito antigos que não podem ser mexidos, mas a maioria é digital, afirmou o coordenador-geral de Arrecadação e Cobrança, João Paulo Martins da Silva.

A Receita estima que o sistema e-Processo gerencia atualmente o fluxo de aproximadamente de 8 milhões de processos e dossiês com mais de 65 milhões de documentos, provocando uma economia relevante, com a redução do consumo de papel e dos gastos com impressão, custo de malote, aquisição de móveis, compra ou locação de impressoras e também de imóveis para armazenamento dos processos em papel, além da eliminação dos custos de restituição em função de extravios.

Existe, porém, uma certa dificuldade para mensurar a economia proveniente da substituição do papel pela imagem, que é complexa, pois, segundo o Fisco, envolve vários aspectos de custo. O número de usuários internos é de aproximadamente 27 mil lotados na Receita, no **Carf** e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Só para ter uma ideia: temos um espaço de armazenamento com imagens que chega a 64 milhões de megabytes. Temos também a questão da segurança. Não existe risco de alguém tirar uma folha sequer do processo sem ninguém saber. Para retirar qualquer parte, é preciso fazer um termo justificado, e o documento retirado fica em uma base. Além de tudo ser registrado, como o nome a hora, etc, informa Silva.

Um processo de quase 870 mil páginas

Para dimensionar a economia da Receita com o e-Processo, Occaso e João Paulo Martins citaram como exemplo um processo administrativo fiscal digital de 2012, que tem as seguintes características: 41,2 gigabytes, 869.462 páginas e 5.543 documentos. Para sua apreciação, houve a necessidade de seis movimentações do processo entre unidades do Fisco, sendo duas movimentações (ida e volta) para realização de uma diligência.

Se esse processo fosse em papel, conteria 4.348 volumes de 200 folhas. Considerando o peso médio por volume de 1 quilo, o processo pesaria 4.348 quilo. Isto significa que, para

transportar o processo, seria necessário, no mínimo, um furgão com capacidade para suportar 4,4 toneladas de papel.

Além disso, somente as seis movimentações entre unidades, que, no caso desse processo, encontravam-se em estados diferentes, com malotes dos Correios, custariam R\$ 588.284,40. Conforme levantamento feito em empresas gráficas, com a impressão, ao custo de R\$ 0,14 por página, o gasto totalizaria R\$ 121.724,68. Com esses cálculos, os técnicos estimam que a economia proporcionada pelo e-Processo no controle deste único processo seria de R\$ 710.009,08.

[18/10/2015](#)

Folha de S.Paulo

Para elevar receita, governo está asfixiando as empresas

Especialista em tributação diz que fisco está exagerando nas multas e as companhias estão sem meios de questioná-las

Renata Agostine

Entrevista: Roberto Quiroga Mosquera

Ela é vista como impopular.

“A CPMF é o mal menor. Há isonomia, pulverização. Incide sobre o consumo e, por isso, as pessoas resistem menos a pagar. Você sabe quanto pagou de imposto num perfume? Não. E você compra porque quer tê-lo. Agora, se aumenta o seu IR, dói. E tem a vantagem de pagar a informalidade. A Cide [combustíveis] e a CPMF são as menos doloridas. Agora, com a crise econômica, as variáveis de renda e receita, que sustentam 80% da arrecadação tributária do governo federal, vão cair. Ou seja, estamos correndo atrás de R\$ 30 bilhões e, em breve, vão surgir outros, R\$ 30 bilhões para cobrir.

Não resolve o problema?

Quando o Levy fala que a questão fiscal é seria, ela é. Pela primeira vez como tributarista não vejo mais contes de recita para tirar tributo. Qualquer coisa a mais, o barbante quebra.

O estado ficou muito grande para o volume de obrigações sociais que a gente quer dar. Da década de 90 pra cá, a carga tributária subiu de 20% para 37%.

Junto a isso, temos outro problema, pressionando especialmente as empresas, que são as discussões com o fisco. Estamos chegando numa situação limite.

Por quê?

Hoje, já cerca de R\$ 600 bilhões na seara administrativa e o estoque está crescendo. Na justiça, há em torno de R\$ 1,4 trilhão. As autuações do fisco são como as multas de trânsito: as pessoas podem recorrer, mas quase ninguém ganha. No **Carf** [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais], independentemente dos casos de corrupção que surgiram com a Operação Zelotes, no último ano, a Fazenda Ganhou 96% dos processos. Não é razoável imaginar que as pessoas farão quase tudo errado e o fisco sempre acertará.

As empresas podem recorrer ao Judiciário.

Aí que está o problema. Quando a empresa sai da disputa administrativa e vai para o judiciário, de cara a dívida já cresce 20%. É a chamada descrição de dívida. Para discutir na Justiça, ela tem de fazer o depósito de 100% da autuação. Como vai fazer isso num auto de infração de R\$ 1 bilhão, R\$ 5 bilhões, ou R\$ 10 bilhões? Não dá. A fiança bancária custa 2% ao ano, só que não há banco que a conceda para uma autuação de bilhões de reais. Depois, há o seguro-garantia, que também é difícil de conseguir para valores muito grandes. Por um lado, as autuações aumentam. Por outro, o mercado não dá os instrumentos para que a empresa possa discutir os débitos. Ainda mais na crise.

Jus Brasil

Fisco impede empresa séria de discutir dívidas, diz tributarista

O advogado tributarista Roberto Quiroga Mosquera, sócio do escritório Mattos Filho, critica em entrevista à Folha de S.Paulo a pressão fiscal do governo federal sobre as empresas. Ele afirma ao jornal que as companhias têm se deparado com multas confiscatórias e não encontram espaço para o debate na área administrativa, independentemente dos supostos casos de corrupção investigados no **Carf**. Contencioso bom está chegando só agora ao Judiciário, afirma Quiroga Mosquera.

Um dos problemas mais recentes, afirma, é a Medida Provisória 685 , que fixa altas multas se a empresa deixar de informar o governo sobre seu planejamento fiscal.

Procurar a via judicial, para ele, também não é a solução. "Quando a empresa sai da disputa administrativa e vai para o judiciário, de cara a dívida já cresce 20%...

Ver notícia em Consultor Jurídico

[19/10/2015](#)

Portal 180 Graus PI

Assuntos da semana no senado foram criação de cargos e MP do ajuste fiscal

MP 692/2015 aumentou o Imposto de Renda sobre o ganho de capital em venda de imóveis

Bruna Veloso

Cerca de oito mil cargos podem ser criados nas áreas de saúde, educação, e segurança pública da administração pública federal. Projeto com esse objetivo foi aprovado na quarta-feira (14) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com o PLC 99/2015, do Poder Executivo, o provimento dos cargos dependerá da disponibilidade do Orçamento. Em setembro, ao anunciar o novo ajuste fiscal, o governo suspendeu os concursos públicos. O PLC 99/2015 segue para o Plenário.

Comissões de MPs O Congresso Nacional instalou, na quarta-feira (14), cinco comissões mistas para analisar medidas provisórias. Três delas tratam do novo pacote de ajuste fiscal do governo. A MP 692/2015 aumentou o Imposto de Renda sobre o ganho de capital em venda de imóveis. A MP 694/2015 elevou de 15% para 18% a alíquota do IR retido na fonte aplicado aos juros sobre o capital pago a acionistas. E a MP 696/2015, da reforma administrativa, diminuiu o número de ministérios.

Congresso O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou, após reunir-se com os líderes partidários, que a sessão do Congresso para analisar os vetos presidenciais será no dia 17 de novembro.

CPI do Carf A secretária do escritório de advocacia de José Ricardo da Silva na época em que ele integrava o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Gegliane Bessa, confirmou à CPI que fez pagamentos em dinheiro para Juliano Nardes, sobrinho do ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU). As declarações foram confirmadas por Hugo Borges, ex-funcionário do mesmo escritório. Os dois foram ouvidos na última quinta-feira (15). A CPI deve votar na semana que vem as quebras dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Juliano Nardes.

CPI do Futebol A CPI do Futebol recebeu, na quarta-feira (14), os presidentes do Vasco e do Corinthians. Eles criticaram a Lei Pelé, que teria deixado os clubes desprotegidos para investirem na formação de jogadores e à mercê da atuação de agentes. Os dirigentes pediram uma revisão da lei que dê mais amparo e proteção aos clubes.

Terceirização Na terça-feira (13), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promoveu uma audiência pública sobre a ampliação das possibilidades de terceirização (PLC 30/2015). Os representantes da indústria e do comércio afirmaram que o projeto contribuirá para a melhoria da produtividade das empresas no país. Já os representantes das centrais sindicais criticaram a possibilidade de terceirizar as atividades-fim.

Esclerose Lateral Amiotrófica O dia 21 de junho poderá se tornar oficialmente o Dia Nacional de Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). A proposta foi feita por associações que defendem as pessoas que sofrem com a doença, presentes em audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) na quarta. O senador Romário (PSB-RJ), que preside a CE, aceitou o pedido e apresentará projeto nesse sentido. O objetivo é aumentar a conscientização sobre a doença, especialmente entre gestores públicos e médicos, e fazer valer direitos garantidos em lei.

Direito das mulheres Senadoras, deputadas federais, deputadas estaduais e vereadoras participaram, na quarta-feira (14), do encontro Pacto Federativo pelos Direitos das Mulheres, no Congresso Nacional. Do encontro, saiu a Carta de Brasília, que defende maior presença feminina nas casas legislativas.

Pacto Federativo Na terça-feira (13), O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) pediu que seja analisado na Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo, projeto seu que permite a redução temporária, por três anos, dos valores das prestações dos contratos de refinanciamento de dívidas entre a União, os estados e o Distrito Federal (PLS 662/2015 - Complementar). A matéria tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde aguarda designação de relator.

Transgênico Na terça-feira (13), a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) rejeitou o PLC 34/2015. O texto retira a obrigação de estampar o símbolo indicando a presença de ingrediente transgênico nos rótulos de produtos alimentares. Apesar de rejeitada, a matéria segue para análise de outras duas

comissões, a de Assuntos Sociais (CAS) e a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Cadastro rural A implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi tema de audiência pública nas Comissões de Agricultura (CRA) e de Meio Ambiente (CMA) na última quinta-feira (15). O diretor do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo Deus dará Filho, informou que o ministério contabiliza quase 240 milhões de hectares inscritos no cadastro, cerca de 60% do que o espera obter. O prazo se encerra no ano que vem. CAR é obrigatório para os cerca de 5,4 milhões de estabelecimentos rurais e deve auxiliar o governo a monitorar o uso do solo e a preservação de matas nativas em áreas protegidas.

Educação a distância O financiamento ao ensino superior deveria incluir os cursos de educação a distância. A proposta foi defendida por estudantes e especialistas em audiência pública sobre as novas regras para essa modalidade de ensino promovida pela CE na quinta (15). O Conselho Nacional de Educação já trabalha em um novo marco regulatório para o ensino a distância. A ideia tem o senador Paulo Paim (PT-RS) entre os defensores. Para ele, é preciso aproximar cada vez mais a educação à distância da educação presencial.

Águas públicas A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) promoveu, nesta quarta-feira (14), audiência pública para discutir os efeitos da Portaria 404/2012, da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que trata da cobrança pelo uso de águas públicas. O debate também incluiu a Portaria 110/2013 da Secretaria de Portos, que limita os investimentos em terminais portuários. A audiência contou com a participação de representantes do governo, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e de empresários, que reclamaram da cobrança de nova taxa para uso de terminais portuários, de lagos e marinas e também da burocracia exigida para ampliar os portos.